

Capítulo 4:
ANÁLISE E
INTERPRETAÇÃO DOS
DADOS

Os dados que compõem esta análise foram coletados a partir das entrevistas com assistentes sociais e do desenvolvimento de grupo temático com usuários do Centro de Educação Ambiental Parque Previdência.

Complementarmente foram utilizados dados secundários obtidos em fontes específicas, cuja leitura subsidiou a contextualização dos depoimentos, apresentando dados históricos, que facilitaram a compreensão das rotinas e normas das instituições pesquisadas. Além da leitura atenta, foram submetidos à análise através de estudo das informações e situações apresentadas.

Os depoimentos dos assistentes sociais e do grupo de usuários foram registrados em gravações magnéticas e posteriormente procedemos à sua transcrição. Das sucessivas leituras realizadas do material coletado e da constante audição das fitas emergiram as categorias empíricas aqui apresentadas.

Para análise e interpretação dos dados procuramos correlacionar as categorias empíricas e o referencial teórico que subsidiou esta investigação com o objetivo de compreender e explicar a prática profissional do assistente social em Educação Ambiental.

Concentramos nossa atenção na caracterização das atividades desenvolvidas e no sentido a elas atribuído pelos assistentes sociais. Nossa proposta de pesquisa procurou ainda explorar e priorizar as distintas compreensões sobre os temas Educação Ambiental e qualidade de vida.

Neste contexto emergiram como categorias na análise dos depoimentos do grupo temático: **relação campo-cidade e revalorização das ações cotidianas**. As entrevistas evidenciaram as categorias **intervenção profissional, interdisciplinaridade e participação**.

GRUPO TEMÁTICO

Nesta pesquisa, como forma investigativa de aproximação à realidade dos sujeitos pesquisados, especialmente usuários de programas e atividades de Educação Ambiental, optamos por também utilizar o grupo temático. Procuramos produzir um espaço de expressão desses usuários problematizando o modo como vêm as propostas de Educação Ambiental, os significados que atribuem às suas participações nas programações e as repercussões que elas produzem em sua vida cotidiana .

Pretendemos conhecer em que medida estas atividades correspondem a uma mudança de mentalidade para a preservação ambiental e para uma convivência ética e solidária.

Procuramos identificar grupos de usuários de programas e atividades onde atuam os assistentes sociais que entrevistamos, entretanto encontramos apenas um grupo atuando no Centro de Educação Ambiental Parque Previdência, Programa Clube dos Amigos das Orquídeas. Trata-se de um grupo que tem por objetivos tomar iniciativas de apoio aos serviços de natureza educativa, desenvolvidos por este CEA. Entre outras realizações, este grupo desenvolve atividades de plantio no parque e em outros espaços, palestras sobre temas relacionados à qualidade de vida, exposições e atividades voltadas à divulgação de conhecimento sobre a preservação do verde.

Observamos que os participantes têm uma condição sócio-cultural diferenciada em relação aos demais usuários de programas de Educação Ambiental, especialmente daqueles que participam das atividades desenvolvidas em núcleos de favela. Mesmo considerando a diferença de nível econômico destes usuários em relação aos demais, pensamos em abordá-los, oportunizando a emergência de seus pontos de vista e reflexões, enquanto subsídio ao conhecimento que estamos buscando construir. O grupo era composto, na época da pesquisa, por dez membros, sendo que apenas sete deles aceitaram o convite para participar do grupo temático. Destes sete participantes, seis pessoas eram do sexo feminino e uma pessoa do sexo masculino.

Para a análise dos depoimentos, apresentamos as categorias:

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

Mostrou-se recorrente nas reflexões dos sujeitos da pesquisa a relação que estabeleceram entre as suas vivências infantis no campo e as limitações no contato com a natureza impostas pela vida atual, em meio urbanizado. Destacaram-se dois aspectos para análise : a valorização do contato com a natureza e a crítica ao modo de vida urbano. Ao expressarem suas concepções sobre qualidade de vida , reafirmaram estes aspectos como relevantes:

"Qualidade de vida seria para mim, eu digo seria, porque é praticamente um sonho, seria conviver, viver com meus filhos, meu marido, com os amigos, a família, com contato bem próximo ao verde, à natureza, onde a gente conseguisse ter ar puro que a gente precisa para sobreviver, água saudável, sem cloro, sem coliformes, nem nada. Segurança para poder andar nas ruas, andar de bicicleta, sem se preocupar com assalto, com violência, mesmo alimentação saudável, sem agrotóxico..."

"Lembrando a minha vida , eu nasci em Itapevi, mas com vinte dias fui levada para Pirajuí, lá é que eu fui criada, Nós tínhamos fazenda e vida mais saudável do que a gente tem aqui. Embora eu morasse na cidade por causa da escola, sempre estava em contato com a fazenda , eu fui criada com o leite de uma única vaca, porque minha mãe não teve leite, ela teve problema de mastite, e não pode me amamentar".

Para outro usuário a concepção de qualidade de vida foi elevada à condição de sonho:

"Apesar do Parque Previdência ser tão gostoso, próximo, o pessoal vem todo para cá nos finais de semana, fica superpovoado, então complica, você acaba se deparando com estas coisas. Então é por isto que eu falo é um sonho mesmo, como a música da Elis, "Casa no Campo", amigos, livros e nada mais".

Problematizando em torno das questões ambientais nas grandes cidades, outro declarou:

"se eu vejo que a planta está com pó, poluição, eu vejo que estou respirando isto, será que eu não tenho direito a um ar mais puro? Por que a gente tem que respirar este ar tão sujo? Por que as coisas continuam acontecendo aqui em São Paulo, sabendo que está errado, leva ao caos, não leva a lugar nenhum?"

Proseguiram indignando-se :

“Este crescimento imobiliário que nós tivemos só privilegia alguns, não todos. Será que a gente precisa crescer desta maneira, deste jeito?”

“Eu vejo também como qualidade de vida você poder se entregar para as pessoas espiritualmente. Ter contato gostoso, saudável, de amizade, como eu tenho aqui com a dona Nadir, que eu estudava com a filha dela no primário e ginásio. E a gente sente muita falta, e eu vejo que meus filhos não tem esta qualidade de vida e reflete muito no social deles. Você sabe, cada vez mais fechado em quatro paredes, no carro.

Das reflexões dos usuários depreendemos que o contato com recursos naturais, proporcionado pela vida no campo foi correlacionado à busca de patamares qualitativos de vida. O questionamento da cidade como espaço de afirmação da qualidade de vida revelou que os usuários têm presente , ainda que não expressem diretamente, que a relação do homem com meios naturais interfere na sua subjetividade, na condição geral de sua vida e nos relacionamentos que estabelecem. Fez-se presente uma crítica ao modo de vida urbano, caracterizado por uma lógica utilitária e pragmática, dificultando a emergência de relacionamentos mais plenos. Evidenciou-se que os usuários atribuem a possibilidade de contato com a natureza, apenas nos meios rurais, não percebendo que a natureza engloba também a própria cultura, inclusive o meio urbanizado e que o modo de vida neste meio também comporta uma forma de conceber a natureza. Ou seja, os usuários reproduziram a dicotomia homem-natureza, traço marcante na cultura ocidental. Para uma usuária de programas de Educação Ambiental, a qualidade de vida somente pode ser encontrada fora da realidade urbana:

“É o ar puro, é a natureza, alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, acho que só”

Gonçalves (1996) em seu livro “Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente”, aborda a temática ecológica, desenvolvendo reflexões sobre o conceito de natureza cristalizado pela modernidade e suas interfaces com as questões sócio-políticas nos dias atuais. Para o autor o movimento ecológico persegue um novo paradigma que reconhece a relação homem-natureza, pois:

“a problemática ecológica implica questões extremamente complexas. Implica outros valores, o que por si só coloca questões de ordem cultural, filosófica e política. Implica um outro conceito de natureza e conseqüentemente, outras formas de relacionamento entre os seres vivos; com o mundo inorgânico; enfim, dos homens entre si”. (p.22).

Gonçalves parte do pressuposto de que o conceito de natureza interfere nos relacionamentos que se estabelecem entre os homens e dos homens com os demais seres vivos e com o mundo inorgânico, afirmando:

“tomando por base as novas descobertas de físicos, sociólogos e antropólogos, fundamentar uma concepção em que Homem e Natureza são concebidos como parte de um mesmo processo de constituição de diferenças. O homem é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza”. (p.09).

Segundo o autor, a idéia de natureza é criada socialmente e dá embasamento às relações sociais e à produção material e espiritual nas diferentes culturas. Por isto propõe a reflexão sobre o modo como a natureza é entendida na sociedade contemporânea, a partir de pensamento filosófico de René Descartes. O projeto de dominação da natureza ascende com Descartes, o “Discurso sobre o Método” contrapõe homem e natureza, sujeito e objeto, espírito e matéria. A filosofia cartesiana marca a modernidade, imprimindo um caráter pragmático ao conhecimento e instaurando o antropocentrismo, ou a elevação do homem à condição de centro de todas as coisas. O método científico que decorre do pensamento cartesiano instrumentaliza o homem para penetrar e dominar a natureza.

No século XX o desenvolvimento tecnológico consolida a orientação pragmática na ciência e sua divisão em especialidades. A divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista também corrobora para uma extrema racionalidade na abordagem do real, aumentando o isolamento entre homem e natureza, concebida apenas em sua dimensão objetiva e exterior ao homem.

Gonçalves compreende a relação natureza-cultura afirmando que:

"A cultura humana não sai da natureza, ao contrário, é uma de suas qualidades. O homem, por natureza, produz cultura. E o faz desenvolvendo-se a partir de um patamar já alcançado pelos primatas, pelos homínidas até chegar ao homo sapiens. Há, portanto, continuidade e descontinuidade no processo de constituição do homem" (p.83).

Assim, diferentemente do pensamento dominante desde o início da modernidade, o autor assegura que a cultura desdobra-se da natureza, a qual também se transforma pelo conhecimento e trabalho humanos. A cultura desenvolve-se no cerne da natureza, criando novas alternativas de sobrevivência e vida do homem no planeta, através das diferentes tecnologias agrícola, pecuária , industrial e de informática.

Para o autor há que se reconhecer o corpo humano como prova cabal da relação homem-natureza, comportando estas duas dimensões. A especificidade do homem, na natureza, é produzir cultura, sobrevivendo nos distintos ecossistemas, através de sua capacidade de adaptação. Toda cultura é singular e irredutível para Gonçalves:

"Cada povo-cultura é uma experiência única e radical e é no interior desse ambiente cultural que se desenvolvem os atributos e qualidades sem os quais para os indivíduos que nele vivem, a vida não vale a pena ser vivida" (p.95).

Afirma que constantemente o homem cria e recria suas organizações sócio-culturais, pois é sempre um projeto inacabado, sempre um vir a ser.

Os depoimentos oferecidos pelos usuários de programas de Educação Ambiental indicaram a relação entre as condições saudáveis da vida no campo, que proporcionam sensação de liberdade, aventura, tranquilidade com as difíceis relações humanas que se estabelecem na cidade:

“Às vezes eu estou em frente à minha casa , na minha rua é muito movimento, tem uns caras..., a semana passada mesmo, o cara abaixou a vidro do carro, pegou seis latinhas e jogou no meio da rua”.

A compreensão da cultura como extensão da natureza leva-nos a conceber que a proximidade aos elementos naturais propiciada por alguns estilos de vida, como a vida no campo, interferem na qualidade das relações sociais que se estabelecem nestes meios. Percebemos que as referências dos usuários ao contato de elementos naturais para melhores patamares de qualidade de vida sugerem que a vivência em meios menos urbanizados propiciam maior bem estar e liberdade. O espaço do campo propicia resgatar o aspecto lúdico presente nas atividades infantis:

“Mas a gente tinha uma vida muito boa, a gente corria, brincava, na chácara em que morávamos próxima à cidade, tinha pomar, tinha horta, tinha árvores. Subíamos nas árvores, goiabeiras de não sei quantos anos. Eram árvores enormes, gigantes mesmo, a gente subia, corria, vinha de um galho para outro. Eu com meus irmãos, quer dizer, foi uma coisa que meus filhos não tiveram e há muito eu sentia isto, sabe?”.

REVALORIZAÇÃO DAS AÇÕES COTIDIANAS

Esta categoria evidenciou situações cotidianas em que os conhecimentos sobre Educação Ambiental eram integrados à vida do dia-a-dia.

Os usuários demonstraram perceber a riqueza da vida cotidiana dando uma dimensão educativa às pequenas ações que desenvolviam:

“Então nos finais de semana que eu posso eu levo eles (os netos) para o sítio, eu ensino eles como plantar, como cuidar, como tratar dos animais, não maltratar, todas estas coisas que no futuro vai servir para eles, inclusive ensinar a plantar árvores. E outra coisa que eu ensino muito a eles é a parte da reciclagem, não deixo jogar, por exemplo se está dentro do meu carro,

eu não deixo jogar o lixo prá fora pela janela, eu já carrego um saco plástico, já ensino a colocar dentro. Por exemplo, se sobra lixo em casa, já faço jogar certinho lá no lixinho”.

“a gente vai para a mata e leva um saquinho, se faz um lanche, põe tudo num saquinho. E recolhe todo o lixo, como não tem cesto de lixo na mata, lógico, nem lixeira, a gente trás o lixo para casa. Este é um pequeno exemplo e outra coisa, ensinar a não depredar seja o que for, principalmente plantas e árvores”.

Contribuindo para a compreensão do cotidiano enquanto locus das possibilidades humanas, Agnes Heller(1970) afirma que todos os homens vivem a esfera da cotidianidade, estando nela imersos por inteiro, com tudo o que compõe a sua individualidade. O homem aciona todas as suas capacidades, sentidos, habilidades, sentimentos, etc, mas não os realiza plenamente, dada a extrema mobilidade e heterogeneidade do cotidiano. A vida humana realiza-se no cotidiano com a sucessão de gestos e ritos diários. Nesta esfera também encontram-se as insatisfações decorrentes dos sonhos não realizados e a sensação de segurança proveniente da rotina.

Estes pressupostos de Heller conferem ao cotidiano o espaço da vivência imediata do homem em suas relações sociais, procurando indefinidamente suprir necessidades sempre renovadas no processo da vida. Mas, estando “imerso ” nesta esfera próxima e comum, o homem não percebe, muitas vezes, suas dificuldades mais elementares, não se mobilizando para enfrentá-las.

No caso destes usuários de programas de Educação Ambiental, constatamos que possuem uma percepção das oportunidades do cotidiano para passar noções educativas às pessoas próximas, especialmente as crianças. Verificamos também a procura de formas lúdicas para envolver às crianças com princípios de preservação do ambiente:

“Lá no sítio, por exemplo, às vezes a gente faz uma festinha, então voa guardanapo, plástico. Aí eu e minha filha falamos assim: “vamos lá no mato catar lixo”. Então saímos com eles, cada um com um saquinho na mão, meu marido faz uma vareta com preguinho na ponta e

vai lá, nós vamos catando o plástico, as latinhas, todo o lixo. Quando paramos separamos papel, latinhas de um lado, papel do outro e assim eu vou passando para os meus netos, espero que eles aprendam a lição e desenvolvam sua consciência. Eu acho que o que é passado na infância deles, eles guardam, sempre fica alguma coisa”.

A **revalorização da ação** abarca iniciativas de ajuda a outras pessoas que não possuem recursos materiais e/ou desconhecem atividades de preservação do meio ambiente. Indagado sobre sua concepção de Educação Ambiental, um usuário afirmou:

“O que eu acho importante é passar as coisas boas para o pessoal que não tem condições de ter uma vida melhor, umas coisinhas que não sai caro prá ninguém e eles vão aprender também, como as receitas de ervas medicinais”.

Outro usuário assim se expressou valorizando a mudança de comportamento que decorre dos conhecimentos veiculados nestes programas:

“a gente vai mudando a maneira de se comportar no meio das outras pessoas devido às lições do meio ambiente, a gente vai mudando devagarinho, o que a gente fazia naturalmente, jogar o lixo, por exemplo, mesmo destruir plantas”.

A **revalorização das ações cotidianas** evidenciada no grupo temático correlaciona-se a uma perspectiva hologramática, também apresentada pelos usuários dos programas, à medida em que reconheceram a importância de suas contribuições individuais para a melhoria das condições de vida das pessoas próximas, compreendendo a relação entre as pequenas ações diárias e a mudança de consciência mais global para a uma qualidade de vida. Neste sentido um usuário referiu-se à sua atuação em programas de Educação Ambiental:

“e a gente aqui trabalha, todos nós, como a dona Júlia, trabalha com os netinhos dela, eu, com meus filhos, meu marido, cada um do seu jeito, mas dando sua pequena contribuição, a gente tenta espalhar, fazer as coisas aparecerem aos poucos. Mesmo que uma pessoa comece a

refletir isto, qualidade de vida, a vida em São Paulo já é uma grande coisa, mesmo que for um só, como uma formiguinha”.

A perspectiva hologramática está embasada em conhecimentos do paradigma holístico¹⁶, contempla a percepção das mútuas interações entre parte e todo, conforme enunciou um usuário ao expressar seu pensamento sobre qualidade de vida:

“se você parar prá pensar é um todo, nós somos um elo numa grande corrente, não só São Paulo, as coisas estão todas interligadas...”

“ a educação tem que começar em parte nas escolas, com um trabalho maciço com todos os anos... tem que começar dos pequenos, os pequenos vão cobrar dos pais atitudes dentro de casa e isto daí vai espalhando , irradiando em todos os níveis, escola estadual, escola particular, é algo que o governo tem que levar a sério. A Educação Ambiental é um todo, tem que começar de pequeno e sempre, é uma coisa contínua, não dá para parar uma semana ou duas”.

¹⁶ O paradigma holístico não se trata de alguma nova ciência, religião ou filosofia, mas de uma visão de mundo inovadora, apoiada na concepção sistêmica, na qual todos os eventos se interligam e se inter-relacionam de forma global. Jan Smuts utilizou pela primeira vez o termo holístico no livro “Holismo e Evolução”, em 1926. Partindo do reconhecimento da existência da uma força de síntese no Universo, o autor preocupou-se em desvendar esta tendência holística integradora e fundamental, que concebeu como a inter-relação evolutiva entre matéria, vida e mente.

Para Pierre Weil, reitor da Universidade Holística Internacional de Brasília – UNIPAZ, citado por Reis em sua obra “Uma Visão Holística do Direito”, “holística vem do grego “holos”, que significa “todo”, em suas relações com suas “partes”, à inteireza do mundo e dos seres” (1997,p.24).

O autor registra também a definição de holismo da Universidade Holística Internacional de Paris: “este paradigma considera cada elemento de um campo como um evento que reflete e contém todas as dimensões do campo, conforme a metáfora do holograma”. É uma visão na qual “o todo” e cada uma de suas sinergias estão estreitamente ligados, em interações constantes e paradoxais” (p.25).

No Brasil o Movimento Holístico se afirma em 1987, através da realização do I Congresso Holístico Internacional e I Congresso Holístico Brasileiro, em Brasília, reunindo mais de mil pessoas , base para a constituição da “Fundação Cidade da Paz”. No mesmo ano esta fundação promoveu a criação da Universidade Holística Internacional de Brasília, que tem por objetivos desenvolver uma nova consciência que incorpore o respeito à natureza, à paz interior e à fraternidade.

Outro usuário, ao tratar da qualidade de vida, fez uma alusão às várias interfaces em que esta se constitui, correlacionando-a a um pensamento holístico, no qual todo e parte interagem constantemente e se constituem em uma totalidade:

“Qualidade de vida para mim é a sensação que a gente tem de se sentir cada vez melhor em termos de saúde, lazer e estar envolvido tanto com as plantas , culinária ou diversão, por mais simples que seja, mas dá uma melhoria sensível à saúde”.

Como se pode perceber os temas apresentados no grupo são relevantes, à medida em que sinalizam a necessidade da formação de um pensamento crítico voltado a priorizar a dimensão ética, embasada em valores não reconhecidos na sociedade atual, como cooperação, solidariedade, respeito ao meio ambiente e a todas as manifestações da vida. As reflexões desenvolvidas aproximam-se de uma nova perspectiva valorativa em relação à vida, à natureza e à cultura, reconhecendo as limitações do convívio social em meio à sociedade de consumo. Assim, os depoimentos apresentados indicam a premência da preservação ambiental, das ações educativas, especialmente com crianças, das relações de troca solidária, da revalorização das ações cotidianas.

No entanto, embora possamos vislumbrar uma perspectiva diferenciada de compreensão do homem e da vida, o debate que permeou o grupo temático denunciou também a falta de aprofundamento na apreensão das relações homem-natureza, entendida apenas enquanto possibilidade de acesso aos meios naturais, desconsiderando que a natureza engloba também a própria cultura. Este posicionamento indica a presença de uma visão simplificadora que, desconhecendo os pressupostos da Educação Ambiental , não contempla questões do ambiente social e cultural.

Problematizamos também o sentido da participação que se depreende dos depoimentos, o qual, referindo-se às instâncias individual e grupal em que cada membro vai disseminando conhecimentos de Educação Ambiental, em seu meio imediato não estabelece uma crítica em âmbito macro-social ou das decisões políticas, que condicionam as políticas e respectivas programações nesta área.

A análise do grupo temático sugeriu a necessidade de um questionamento das concepções, conteúdos e resultados dos programas e atividades de Educação Ambiental, pois nesta pesquisa a análise dos depoimentos revelou uma fragilidade e inconsistência entre o que propõem os assistentes sociais e a efetividade dos programas desenvolvidos.

ENTREVISTAS: INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

A análise dos dados revelou a **intervenção profissional** como categoria prioritária para a prática do assistente social em programas de Educação Ambiental.

Baptista (1992) ao discorrer sobre a relação entre o Serviço Social e o conhecimento social contemporâneo aponta elementos para a reflexão sobre a **intervenção profissional**, ressaltando que:

“A intervenção profissional é uma dimensão da prática social não privilegiada pelas reflexões dos pensadores marxistas de maior renome” (p.89), sob esta perspectiva dá-se ênfase à relação capital-trabalho na análise da prática social, ressaltando os componentes estruturais que a explica na sociedade capitalista.

Desta característica da análise da prática social, à luz do marxismo, decorreu uma dificuldade para o Serviço Social estabelecer ligações entre as macro-teorias e as demandas e possibilidades de seu trabalho cotidiano. No entanto, afirma Baptista, a **intervenção profissional** constitui a especificidade do Serviço Social:

“A prática profissional é, ainda, uma dimensão da prática social que se manifesta concretamente. É uma intervenção socialmente construída, posta, na divisão sócio-técnica do trabalho” (p.89).

A **intervenção profissional** é ainda problematizada pela autora, ao evidenciar que incide sobre ela não apenas as expectativas e necessidades da categoria de assistentes sociais ou de outros grupos, mas também aquelas provenientes de relações sociais mais amplas, estabelecidas pelo capitalismo monopolista.

O profissional deverá proceder à leitura dos determinantes estruturais e implicações conjunturais que se interpõem no exercício do seu trabalho, com as demandas e possibilidades presentes no espaço de atuação. Baptista contribui para o entendimento das dimensões macro-sociais do trabalho do assistente social, ressaltando a importância da intervenção enquanto cerne da prática profissional.

A intervenção profissional é um componente expressivo que singulariza e elucida a atuação do assistente social em programas e atividades de Educação Ambiental. O entendimento da dimensão concreta deste campo de trabalho será possível se devidamente contextualizado e caracterizado.

Em se tratando de um trabalho técnico, a **intervenção profissional** dos assistentes sociais em Educação Ambiental está assentada num conjunto de conhecimentos, que incluem desde a formação em Serviço Social até a vivência em cursos, palestras, seminários e demais eventos da área. Estes conhecimentos específicos são importantes, considerando que esta modalidade de atuação não é prática tradicional no Serviço Social.

Verificou-se que os assistentes sociais estão em busca de novos conhecimentos, habilidades e estratégias para um desempenho competente e que a própria Secretaria do Verde e do Meio Ambiente ofereceu inicialmente os treinamentos nesta área. Um dos profissionais realizou uma Especialização em Educação Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública da USP subsidiada pela Prefeitura Municipal de São Paulo (que também propiciou outros cursos de menor porte). No entanto outro assistente social reclamou a interrupção destes incentivos, inviabilizando o desenvolvimento profissional das equipes de trabalho:

“os cursos que se faz se não forem promovidos pelo departamento ou por algum setor da Prefeitura, são pagos e têm um alto custo, e isto o técnico faz por conta própria ou então fica sem fazer”.

De modo geral, a **intervenção profissional** é de natureza educativa e os profissionais desenvolvem explicações e orientações problematizando questões cotidianas com a dimensão

global dos problemas sociais e ambientais, visando sensibilizar e mobilizar os usuários para ações em Educação Ambiental:

“Aqui no Brasil nós temos o privilégio de ter o xaxim, outros países não tem , ou está em extinção. Nós temos que pensar formas de cultivá-lo. Começa aí um trabalho de explicação, porque está em extinção, o corte predatório, o desmatamento, as queimadas, tudo isto é falado, tudo é mostrado, vivenciado e procuramos alternativas”.

“Sempre trabalhamos as causas, se você joga lixo no córrego, se você joga lixo num pedaço da mata, num terreno, o lixo volta como rato, como barata. Sempre mostrando para a população as causas e a necessidade de se manter áreas preservadas. Não se pode estar destruindo do jeito que a gente vem destruindo o ambiente em que vivemos”.

Na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente , dentre as atividades realizadas diretamente com os usuários, foram apontadas:

- . monitoração de visitas ao Museu de Meio Ambiente, aberto a todas as escolas e a todos os interessados na questão ambiental;
- . monitoração de trilhas, destacando elementos significativos da flora e fauna dos parques;
- . coordenação do Projeto Preservação de Orquídeas, que inclui o Curso Básico, o Clube dos Amigos das Orquídeas, a monitoria voluntária e as exposições do clube;
- . coordenação de um trabalho dentro de um núcleo de favela, discutindo as questões de infra estrutura, saúde, organização e limpeza do local.

As atividades em nível de assessoria constam de :

- . realização de oficinas e jogos pedagógicos para educadores infantis ;
- . realização de cursos de capacitação para monitores de trilhas;
- . assessoria às creches municipais para desenvolvimentos de projetos de Educação Ambiental ;
- . realização do Encontro de Educadores para articular diferentes projetos numa mesma região;
- . treinamento de monitores para o Projeto Frutificar (atividade de plantio de árvores frutíferas nas escolas).

Os assistentes sociais lotados nas Secretarias Municipais da área de Habitação descreveram suas atividades profissionais, das quais destacamos;

- . realização de ações sócio-educativas com a população moradora de núcleos de favela;
- . realização de palestras educativas e orientações gerais à população sobre Educação Ambiental;
- . organização da comunidade para participar de mutirões;
- . reuniões setoriais com a população de núcleos de favela para divulgar e esclarecer sobre os projetos de urbanização e meio ambiente;
- . negociação com a comunidade para implantação de uma máquina de reciclagem de entulho;
- . coordenação de oficinas sobre papel reciclado;
- . coordenação de cursos de capacitação profissional;
- . articulação para formar parcerias com as demais secretarias e órgãos públicos.

Em outro depoimento pudemos perceber a reafirmação do caráter educativo da **intervenção profissional**:

“Nas oficinas sempre vão os subsídios teóricos de importância do solo, de importância da água, do ar, importância do sol, não é? Todos estes aspectos na qualidade de vida, na importância deste parque, sempre relacionando ao espaço em que a gente está”.

A procura do sentido educativo leva os assistentes sociais a se preocuparem com o resultado do trabalho:

“Eu entendo que a nossa preocupação é sempre dar o melhor atendimento à população e acredito, pelo que nós ouvimos destas pessoas que nos procuram que daqui deste Centro (Centro de Educação Ambiental do Parque Previdência) elas não saem sem resposta. Eu acho que este tipo de qualidade de atendimento, de presteza, de abertura de espaços a gente tem conseguido manter”.

No processo educativo que desencadeiam, reforçam a importância de estratégias interventivas interativas para que o usuário possa sentir, experimentar e avaliar por si próprio os conhecimentos que estão em curso. Foram apontadas, entre outras, as seguintes estratégias:

estimular a criança a falar, perguntar; realizar jogos pedagógicos em áreas internas e externas ao parque, com atividades corporais; realizar trilhas ecológicas com paradas para observação, reflexão e contato com a natureza. A intenção, neste caso, é despertar outros níveis de apreensão da realidade, sensibilizando para ações de preservação ambiental:

“com exceção de alguns espaços, a criança tem que mexer na semente, tem que mexer com a terra, pode, não que tenha, e nós vemos uma tendência no professor que está junto, quando diz: não, não põe a mão, não pega. Nós falamos: neste espaço você pode pegar. Pega, sente a semente e depois ponha ela no mesmo lugarzinho”.

“Pensar”, “decidir” e “implementar” com os usuários os programas de Educação Ambiental são os elementos constituintes da **intervenção profissional** dos assistentes sociais. Subjacente à ação foi possível observar uma postura disponível à troca, negociação e permanente avaliação do trabalho o que implica uma linha educativa que identificamos com a Pedagogia Dialógica ¹⁷, pois verificamos que os assistentes sociais procuram estabelecer diálogos contínuos com os usuários, parceiros de outras secretarias, ONGs e com a equipe interdisciplinar:

“Estamos fazendo um acompanhamento de três escolas(...) através de discussões com o conjunto de professores, primeiro refletir um pouco o que é para eles meio ambiente e como eles entendem a Educação Ambiental. Num segundo momento vamos discutir a elaboração de um projeto nesta área.”

A dimensão educativa presente na **intervenção profissional** confere um “certo” sentido político ao trabalho; percebemos que o tema mobilização e participação esteve bastante presente

¹⁷ modalidade de prática pedagógica que privilegia o diálogo entre gerações e culturas, onde possam emergir as diferenças, contradições, necessidades não satisfeitas e através de atitudes de respeito e negociação, desenvolver objetivos a serem operacionalizados em planos comuns, contemplando a diversidade de formas de vida. O diálogo que se desenvolve tem por base a democracia e a criatividade, num movimento contínuo de formulação de propostas de trabalho conjunto. Sobre esta concepção ver “O que é Educação Ambiental” de Marcos Reigota, 1994 e “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, 1987.

nas entrevistas. Estes aspectos serão desenvolvidos mais adiante, na análise da categoria **participação comunitária**.

Outro aspecto que se depreende da análise da **intervenção profissional** é a criticidade que decorre de uma articulação que o profissional realiza entre a sua experiência, as necessidades que se colocam pelos usuários e uma certa “ousadia” para incorporar novos elementos da realidade. A criatividade se expressa na criação de novas abordagens que propiciem maior identificação do envolvido com as propostas práticas em Educação Ambiental:

“Em função disto nós temos também há coisa de dois anos mais ou menos, o Museu de Meio Ambiente , com uma exposição permanente, em espaço reservado e também exposições transitórias sobre assuntos diversos na área ambiental, onde temas de maior atualidade estão sempre vindo a tona, sempre sendo apresentados”.

A **intervenção profissional** se concretiza na realização de parcerias com usuários, com profissionais de diferentes departamentos, secretarias municipais ou estaduais, ONGs e organizações privadas, como estratégia para implementar atividades e enfrentar as dificuldades diárias. Como parceiros da Divisão de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente foram citados: o Dept.º de Áreas Verdes e a Divisão de Políticas Públicas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, a Secretaria da Família e Bem-Estar Social, a Casa da Cultura do Butantã, a Secretaria de Abastecimento e as escolas municipais próximas aos CEAs. Um dos assistentes sociais que trabalha com habitação popular caracteriza o trabalho desenvolvido como *“a realização de ações sócio-educativas, através de um sistema de rede local”*. Segundo o que descreve, o sistema de rede refere-se à formação de parcerias entre os usuários e as secretarias municipais, tendo por finalidade, entre outros aspectos, provocar a formulação de uma política de Educação Ambiental:

“Com a minha entrada começamos a trabalhar a questão sócio- educativa, em decorrência disto, não só a Habitação torna-se responsável pela área(...) Estamos nos articulando: dia 24 começa o curso de capacitação profissional em três núcleos de favela(...) O mutirão vai ser com maior qualidade, vamos ter as pessoas da comunidade que são pedreiros e receberam qualificação profissional. Então, o trabalho é bem costurado em várias secretarias e aí você responsabiliza não apenas um departamento. mas a prefeitura como um todo”.

“A gente também atende demanda, fazemos oficinas, palestras, cursos, para escolas e outras secretarias, temos uma solicitação muito grande de trabalho”.

Em outro depoimento observa-se também o assistente social refletindo sobre as parcerias alcançadas, na formatação de grupos de trabalho para atuar em um núcleo de favela:

“iniciamos na região (Guarapiranga) um trabalho educativo através de alguns grupos, um deles agrega o pessoal da Terceira Idade, algumas mulheres, os agentes de saúde que se juntaram lá e que participaram deste Seminário, também convidamos ainda Surbes, escolas municipais, creches da região. E tem reuniões de diversos grupos e uma mais geral, que acompanhamos com subsídios e orientação técnicas”.

Outro aspecto da **intervenção profissional** é aquele que prioriza as questões cotidianas, da vida concreta dos usuários. Destacamos abaixo a afirmação de um assistente social sobre um programa de plantio de árvores frutíferas brasileiras que retrata esta preocupação:

“que a escola comece a discutir e a pensar nas questões ambientais a sua volta, dentro da própria escola, a questão do lixo que está às vezes ali na porta, a falta de arborização. Ou seja, partimos desta observação da natureza, do plantio, do manuseio, do contato da criança com a mudinha, com a semente. E depois desta primeira reunião com os educadores da escola para o levantamento de necessidades e definição do trabalho, fazemos o treinamento com os professores que vão desenvolver o projeto”.

“Nós vamos buscando metodologias de intervenção mediante a realidade da comunidade. Utiliza-se o saber popular mais que o saber técnico, constrói-se um saber comum. No Gregório (um núcleo de favela) vamos fazer o “Favela Limpa ”, depois vamos ver qual ação de meio ambiente a gente pode de fato fazer, coleta seletiva? reciclagem? Isto tem a ver com a realidade, cada núcleo tem a sua particularidade”.

Preocupadas com o enfrentamento de problemas cotidianos as estratégias abarcam a realização de visitas e acompanhamentos de programas nos próprios locais; a discussão do tema ambiental relacionado ao de saúde, infra-estrutura e a discussão de metodologias que facilitem a ação de agentes multiplicadores ¹⁸.

¹⁸ tratam-se de membros do próprio meio social onde está ocorrendo a intervenção profissional, que são chamados a participar em parceria com os técnicos, tendo em vista a otimização dos resultados do trabalho social.

Os assistentes sociais demonstraram compromisso profissional em suas intervenções, pois apontaram que os programas prosseguiram mesmo sem as condições materiais necessárias, o que revela valores éticos em suas relações com os usuários:

“Este projeto (Frutificar) foi programado para dois anos, só que depois de dois anos acabou o contrato de financiamento com o Instituto Unibanco e mesmo assim tocamos o trabalho por mais tempo(...) atuamos hoje em três escolas que manifestaram interesse que continuássemos acompanhando o projeto, desenvolvendo outras atividades. Estamos fazendo atualmente um acompanhamento destas programações”.

A atuação do assistente social em Educação Ambiental demanda um movimento contínuo de revisão da ação, como decorrência de novas demandas que são percebidas pelos profissionais. Ao descrever a sua prática um deles assinalou uma situação modificada por uma nova demanda:

“No princípio o projeto foi pensado para crianças de primeiro grau, entretanto começamos ter uma grande demanda de escolas municipais querendo o material, só que a cartilha não era voltada para este público. Então uma das coisas que nós percebemos é que havia necessidade de rever este material e outras possibilidades de trabalho, em função da demanda e da própria prática”.

Os assistentes sociais discorrem, neste sentido, sobre os processos de avaliação dos programas que realizam em conjunto com os usuários:

“Concluimos o trabalho anterior com um Seminário de Avaliação para o qual chamamos as escolas envolvidas nos programas desenvolvidos desde 95 até 1998”.

“as avaliações modificam inclusive as nossas práticas (...) a monitoria que começou com determinada estrutura no decorrer do primeiro ano já está completamente modificada agora em 1998 e nós estamos neste momento em pleno período de avaliação das atividades de 98 e planejamento para 99, com certeza já vão ser introduzidas novas questões, novas propostas”.

Percebemos que a avaliação constitui-se um componente da **intervenção profissional**, à medida em que é empregada sistematicamente pelos profissionais para analisar os efeitos de programas e atividades desenvolvidas. Na avaliação são confrontados os objetivos enunciados

pelos planos de trabalho e os resultados atingidos, com a finalidade de assessorar os assistentes sociais e demais membros da equipe interdisciplinar no planejamento e desenvolvimento de ações de Educação Ambiental.

A análise da categoria **intervenção profissional** aponta um paradoxo que se interpõe entre o discurso do assistente social sobre a sua ação profissional e o contexto onde esta prática se efetiva. Ou seja, os assistentes sociais afirmaram desenvolver um trabalho fundamentado na participação, na busca da construção de uma mentalidade diferenciada quanto às relações humanas e à preservação ambiental, no reconhecimento da interação homem-natureza, entre outros fatores que conferem um sentido sócio-político a sua intervenção. No entanto, percebemos que estes objetivos encontram-se ameaçados e a prática profissional fragilizada pelo descompasso entre o que enunciam as políticas ambientais, nos níveis municipal, estadual e nacional e a correlação de força no âmbito do poder público para que tais políticas possam se efetivar. Ou seja, constatamos que a intervenção profissional nesta área ainda é incipiente quanto a sua estrutura programática, significado político, recursos e prioridades, carecendo estratégia dos assistentes sociais para articular sua ação aos objetivos enunciados, através de abordagens que propiciem o maior comprometimento dos usuários, dos demais técnicos, das ONGs, das entidades e dos movimentos ambientalistas.

Reigota (1994) conforme já discurremos no capítulo teórico, propõe pensar o sentido político da Educação Ambiental, que deve estar voltada a preparar os cidadãos para exigir “justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (p.10). A amplitude desta proposta suscita um questionamento , quanto à composição de poder na sociedade brasileira, relativo aos interesses que estão representados nos poderes constituídos e que condicionam as definições das políticas ambientais.

Os assistentes sociais têm, por isto, múltiplos desafios em articular o seu trabalho no plano das demandas imediatas e concretas com a participação para a formatação de políticas públicas no segmento ambiental, construindo, independentemente da organização em que atuam, o seu espaço técnico e político.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A **participação comunitária** foi constante nos depoimentos dos assistentes sociais evidenciando a busca dos profissionais em consolidar as organizações públicas como espaço de exercício da cidadania. Em alguns dos locais investigados, os trabalhos desenvolvidos convertem-se em meios de expressão da população usuária, enfatizando o compromisso para a mudança de mentalidade, preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.

Percebemos que as ações em Educação Ambiental alinham-se com o caráter participativo que se busca imprimir às mesmas:

“O pessoal vai fazer o próprio chão com o entulho reciclado pela máquina que adquirimos. O interessante é trabalhar o tempo todo com a comunidade a questão de sua organização, outra atividade que nós queremos desenvolver para 1999 são as oficinas de papel reciclado no Cata-Preta (um núcleo de favela) e tentar montar uma cooperativa de trabalho com eles, é uma discussão que estamos começando a fazer com a comunidade.”

Através da organização e mobilização comunitária, os profissionais procuram estabelecer caminhos para a participação popular no enfrentamento dos problemas de moradia e meio ambiente :

“Na utilização da máquina de reciclagem, a primeira coisa é a organização da comunidade, então nós trabalhamos com a participação em regime de mutirão. Desde a reciclagem até a pavimentação, a construção em blocos, tudo num sistema de mutirão até a utilização do material que não se tem destino para dar”.

“É importante colocar que pelo Núcleo de Participação Popular, estou de certa forma integrada ao grupo de mutirões. Estamos buscando aproximar os mutirões da Secretaria de Habitação com os mutirões do Núcleo, dando ao trabalho uma dimensão participativa”.

“Nossa preocupação é com a multiplicação dos conhecimentos e atividades de Educação Ambiental, que as pessoas possam vir e fazer junto conosco , tocando conjuntamente os projetos que estão em andamento”

As metas que os assistentes sociais propõem para sua intervenção relacionam-se à construção de alternativas de participação que possibilitem a emersão de necessidades dos grupos excluídos e principalmente o usufruto de bens e recursos sociais da comunidade., sinalizando mudanças na esfera sócio-cultural:

“Dentro da Secretaria (de Desenvolvidos Urbano e Habitacional de Santo André) o objetivo geral é a elevação da qualidade de vida e o objetivo específico é a obra em si. Neste sentido não é apenas chegar lá, construir a casa e pronto, pois isto traria um corte ao trabalho e o que estamos buscando não tem este corte. Procuramos dar continuidade através do trabalho sócio-educativo, com palestras, com ações de prestação de serviços dentro do núcleo e democratizando o trabalho”.

“Os objetivos basicamente são dois: o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população(...) É um desafio muito grande para nós tirar a população da área de mananciais, mas isto é muito importante para as suas condições de vida e para o meio ambiente como um todo”.

“O objetivo geral dos Centros de Educação Ambiental e deste em especial é que se torne um espaço de conscientização, de mobilização. Queremos que a população nos tenha como referência, venha aqui, procure-nos. Que a comunidade sinta que há uma equipe disposta e disponível a fornecer subsídios e avaliar os trabalhos desenvolvidos frente à demanda. Nós temos que ter condições e oferecer caminhos na busca de soluções e resultados”.

A participação também é avaliada pelos assistentes sociais enquanto oportunidade de interlocução com a comunidade, conhecendo suas demandas cotidianas. Os profissionais assinalam, entretanto, as dificuldades para atingir este objetivo:

“Dificuldade na atual situação em que a nossa sociedade se encontra é conseguir hoje organizar a comunidade, é o grande desafio porque as pessoas estão muito cansadas, existe o descrédito do poder público (...) a falta de predisposição das pessoas para se envolverem nas atividades, porque ainda vigora a concepção de que a prefeitura tem que fazer, o governo tem que fazer, eu não preciso fazer nada, tenho que receber. A gente reconhece estes problemas e trabalha para fazer com que eles participem do processo”.

Para enfrentar a falta de predisposição para trabalhos conjuntos, bem como para incrementar a participação, algumas estratégias foram apontadas pelos profissionais:

- . manter transparência acerca das decisões, providências, dificuldades e cronogramas das intervenções na comunidade;
- . construir a proposta de trabalho junto com a população, considerando as particularidades locais;
- . trabalhar de forma próxima à realidade dos núcleos de favela, com visitas, colocação de placas para manutenção de limpeza, utilização de linguagem simples;
- . avaliações permanentes em conjunto com os usuários;
- . solicitar a elaboração de um projeto no final do Curso de Educação Ambiental.

Outra dificuldade apontada pelos profissionais é a falta de metodologias que facilitem uma revisão de valores, componente básico para o desenvolvimento de posturas participativas:

“Percebemos que estamos trabalhando muito no nível de sensibilização. O Projeto Frutificar acaba sendo bastante informativo (...) mas as questões metodológicas mesmo, referentes a modos de intervir para mudar a forma do ser humano relacionar-se com o meio ambiente, através de novos valores, e pensar em alternativas que possibilitem mudanças de comportamento estamos ainda engatinhando”.

“Na questão da educação, mudar comportamento, valores, isto não é coisa que se faça do dia para a noite, demanda um tempo de preparo das pessoas”.

No entanto, apontam algumas modificações de postura dos usuários como resultados já alcançados pelo trabalho:

“Então tem algumas coisas que são muito concretas e imediatas. Mesmo nesta fase de sensibilização, já podemos ver as pessoas pensando nas questões do lixo, da reciclagem, do cuidado com o ambiente. Você percebe que a pessoa compreendeu, sentiu a necessidade de estar mudando seu comportamento, ela não consegue mais jogar papel no chão, se ela jogar papel na rua, ela volta e recolhe o seu lixo”.

As posições apresentadas pelos assistentes sociais associam a organização e a mobilização da comunidade para intervir em seus problemas cotidianos com uma dimensão valorativa, referente à relação que o indivíduo estabelece entre seu sistema de crenças e costumes

pessoais com as necessidades da vida social. A solidariedade foi apontada como uma das metas tangíveis dos programas de Educação Ambiental:

“... o trabalho de mutirão é estreitamente ligado ao estabelecimento de laços na comunidade, à solidariedade entre os parentes, vizinhos, conhecidos. O mutirão é uma forma de união entre as pessoas”.

“Considero a Educação Ambiental como um meio para as pessoas participarem, revendo seus valores, como o respeito, a preservação da vida, a solidariedade”.

Na perspectiva de construção de um projeto “social democrático” para a sociedade, Agnes Heller (1982) afirma que “não existe convivência social sem ética” (p.149) que se estabelece na relação que o indivíduo mantém com os valores da sociedade à qual pertence, ressaltando que o indivíduo exerce a sua responsabilidade com relativa autonomia de escolha e interpretação.

Para Heller a instauração de novos valores perpassa as dimensões políticas, emergindo “uma nova socialidade, nova solidariedade e novas formas institucionais de vida” (p.146). O pensamento da autora conjuga a dimensão valorativa com a **participação comunitária**, indicando a perspectiva de um reaprendizado da convivência entre os homens voltada à efetivação de políticas sociais que tangem um estado de liberdade e justiça social.

As ações participativas são ainda entendidas pelos assistentes sociais como estratégias de compromissar os usuários com as propostas de Educação Ambiental, à medida em que passam a tomar parte nas definições e operacionalização dos programas e que introjetam os valores de preservação do meio ambiente e respeito no convívio social, adotando novas posturas de vida, em suas relações com os recursos naturais e com a coletividade.

A temática da participação popular não vem recebendo ênfase nas discussões contemporâneas do Serviço Social. Nesta pesquisa constatamos também que a prática profissional em Educação Ambiental é uma modalidade de intervenção recente na profissão, não tendo ainda se processado uma sistematização de conhecimentos embasada numa reflexão crítica sobre as experiências que se têm na área. Estes fatores alertam para o reconhecimento de que o caráter participativo nos programas de Educação Ambiental ainda não está totalmente

consolidado demandando dos assistentes sociais aproximações teóricas e novas estratégias de trabalho, que propiciem a articulação entre as ações pontuais que decorrem dos programas e o nível de planejamento e de decisões políticas, imprescindíveis para a participação efetiva dos segmentos populacionais na esfera macro-social.

Consideramos que as experiências participativas enunciadas pelos profissionais, relativas às experiências de mutirão e de formação de agentes multiplicadores, contribuem para o estreitamento de laços de solidariedade nas comunidades ou grupos de usuários. Ressalvamos, entretanto, que estas tarefas de âmbito comunitário constituem apenas um patamar na esfera de gestão coletiva dos recursos públicos, não esgotando o rol de ações necessárias ao alcance de patamares qualitativos de vida.

Nos depoimentos apresentados é recorrente o discurso dos assistentes sociais em torno da participação, o que sinaliza tendências deste campo de atuação voltado à busca de formas participativas, como um compromisso ético de trabalho. Busca que se processa, apesar das dificuldades de toda ordem, como a carência de recursos materiais, verbas, meios de trabalho, falta de treinamento e incentivo técnico e principalmente da atual conjuntura político-social de exclusão de crescentes massas populares, instigando ao isolamento e desesperança. Ilustramos esta afirmação destacando a fala de um assistente social, que ao ser indagado sobre suas concepções de qualidade de vida, estabelece relação entre seu trabalho e a participação política:

“Eu acho que quando você trabalha, pensando na qualidade de vida, traz junto a questão das pessoas conseguirem se sentir cidadãos, se manifestar, participar da vida política, conseguir eleger as pessoas mais adequadas, organizar-se para mudar muitas vezes as próprias questões que elas vivem”.

INTERDISCIPLINARIDADE

“A concepção de Educação Ambiental que nós temos exige uma prática interdisciplinar, envolvendo diferentes profissionais na configuração das equipes de trabalho: assistentes sociais,

psicólogos, sociólogos, biólogos, arquitetos e outros. São diversas áreas envolvidas num trabalho comum”.

(fala de um assistente social)

Para elucidar o caráter interdisciplinar atribuído pelos assistentes sociais à sua prática profissional, recorreremos às contribuições de Nicolescu Basarab (1999) sobre o tema. O autor distingue os níveis pluri e inter do transdisciplinar.

A pluridisciplinaridade “diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo (...). Com isso, o objeto sairá assim enriquecido pelo cruzamento de várias disciplinas” (p.45).

O pensamento do autor expressa a possibilidade de apropriação de um objeto, por diferentes áreas do conhecimento, através de estudos simultâneos que contribuam para sua sistematização teórica. Nestes termos a pluridisciplinaridade leva ao aprofundamento do conhecimento sistematizado sobre o objeto, produzindo acréscimo de saber nos limites da própria disciplina:

“a abordagem pluridisciplinar ultrapassa as disciplinas, mas sua finalidade continua inscrita na estrutura da pesquisa disciplinar”(p.45).

Basarab estabelece distinções entre os níveis de configuração de conhecimentos:

“A interdisciplinaridade tem uma ambição diferente daquela da pluridisciplinaridade. Ela diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra. Podemos distinguir três graus de interdisciplinaridade: a) um grau de aplicação. Por exemplo, os métodos da física nuclear transferidos para a medicina levam ao aparecimento de novos tratamentos para o câncer; b) um grau epistemológico. Por exemplo, a transferência de métodos da lógica formal para o campo do direito produz análises interessantes na epistemologia do direito; c) um grau de geração de novas disciplinas. Por exemplo, a transferência dos métodos da matemática para o campo da física gerou a física-matemática; os da física de partículas para a astrofísica, a cosmologia quântica...” (p.45).



Compreende-se do posicionamento do autor que a **interdisciplinaridade** pressupõe a cooperação entre especialistas de diferentes disciplinas que, embasados em atitude de respeito e diálogo contínuo, alcancem um acesso diferenciado ao objeto comum, relativo às possibilidades de intercâmbio de metodologias, instrumentais, conteúdos e resultados.

O conceito apresentado resgata a importância da interação das diferentes disciplinas na constituição de um saber mais amplo. A busca da compreensão mais totalizante do homem e da realidade social é um desafio que suscita todos os campos de conhecimento a alargarem suas fronteiras disciplinares. Especialmente no Serviço Social e nas profissões que atuam diretamente na questão social, o agravamento das formas de exclusão social de amplos setores populacionais demanda conhecimento mais ampliado dos problemas sociais e novas abordagens de trabalho conjunto.

Percebemos que há, nos dias de hoje, crescente aspiração de diversos profissionais pela **interdisciplinaridade**, o que tem indicado a constatação dos limites das ciências particulares e o reconhecimento da complexidade dos problemas cotidianos, principalmente nos centros urbanos. No entanto, ainda é muito comum a confusão que se estabelece em torno desta temática, entendida geralmente como pluridisciplinaridade, no sentido da troca de conhecimentos relativos a um mesmo objeto, entre os diferentes campos do saber .

Nas situações de prática profissional investigadas, constatamos que não se configura plenamente uma prática interdisciplinar, e que apesar do trabalho constituir-se na relação entre diferentes áreas do conhecimento, esta abordagem ainda não está suficientemente elaborada. Há, no entanto, uma tendência a esta modalidade de ação, evidenciada na diversidade das áreas profissionais representadas nas equipes técnicas, oriundas das humanidades: assistente social, educador em saúde pública, sociólogo, psicólogo, e outros profissionais: biólogo, engenheiro agrônomo, arquiteto e veterinário.

A formação das equipes de trabalho nos CEAs decorreu da transferência de técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, que não aderiram ao PAS – Plano de Assistência à Saúde. Estes

profissionais se envolveram com os programas, configurando uma equipe de trabalho compromissada:

“na Prefeitura nunca existiu concurso para esta Secretaria (do Verde e do Meio Ambiente), ela é constituída por profissionais que vieram de fora, aqueles que realmente gostaram foram permanecendo nos CEAs. Hoje você tem dentro da Secretaria um quadro de profissionais muito bons e envolvidos com o que fazem”;

“a equipe está com esta configuração há cerca de dois anos e meio, trazendo modificações aos programas a partir de sua visão, sua experiência anterior e toda a bagagem dos técnicos a estes novos projetos do Centro”.

A prática profissional dos assistentes sociais em Educação Ambiental desdobra-se em ações de caráter educativo, privilegiando o diálogo com usuários, parceiros e equipe técnica na construção de propostas. A característica educativa e a diversidade de atividades demandam referenciais interdisciplinares para intervenções mais completas no dia a dia de trabalho.

Quanto ao exercício do diálogo entre as áreas do saber, Levy ressalta que:

“é necessário ultrapassar a dispersão do conhecimento fragmentado cujos produtos são peças que não se encaixam uma nas outras e, com base numa discussão racional e argumentativa dos pressupostos de cada disciplina, tentar articula-las, encontrar um espaço plural mas comum, refazer uma totalidade que será, sem dúvida, sempre precária, transitória e susceptível de revisões” (1994, p.26).

O “espaço plural e comum” mencionado pelo autor constitui-se no “locus” de operacionalização do esforço do conjunto dos profissionais, das equipes interdisciplinares para a consecução dos objetivos e tarefas propostos.

Do intercâmbio de informações, conhecimentos e dos diferentes posicionamentos entre os profissionais envolvidos com a Educação Ambiental surgem as interfaces para a construção de um saber comum que subsidiará o reconhecimento das demandas e a proposição de estratégias interventivas.

Retomamos uma assertiva de Levy que embasa este nosso posicionamento:

“ Temos, por um lado, que considerar o território de cada uma delas (as Ciências) como necessariamente móvel, configurando-se plasticamente à medida que mudam as condições internas e externas e, por outro lado, que identificar áreas que se possam eventualmente entrecruzar, a partir de um trabalho em que se procura estabelecer conexões possíveis” (p.27).

Esta afirmação não se refere à supressão da especificidade ou descaracterização do papel profissional nas equipes de trabalho, mas a uma adequação de cada profissional à produção de conhecimentos e de tarefas do grupo interdisciplinar. As especificidades se caracterizam como um conjunto de contribuições próprias de um campo específico do saber, um “ponto de partida” em que se assenta a produção grupal.

No caso do Serviço Social “disciplina de intervenção profissional”, as ações que desencadeia são mediações entre conhecimentos de outras ciências, o conjunto de conhecimentos já sistematizados na profissão e a operacionalização profissional (Almeida,1996).

Referindo-se à especificidade, a autora assinala:

“O Serviço Social se ocupa de trazer, relevar e discutir o CAMPO SOCIAL. Embora a todos os profissionais seja necessário enquanto técnicos e enquanto cidadãos uma postura frente às dinâmicas sociais, ao assistente social é solicitado um conhecimento mais específico, mais pormenorizado sobre as questões sociais e suas implicações ” (p.58).

Constatamos que a participação do assistente social nas equipes que atuam em programas de urbanização de favelas, trouxe novas formas de abordar a relação pobreza-meio ambiente. Sobre isto expressou-se um deles :

“quando entrei já existia o Pre-Urb (programa de urbanização de favelas),mas os técnicos iam ao local entregavam o material e realizavam a obra, apenas isto. Com a minha entrada começamos a trabalhar a questão sócio-educativa, em decorrência disto não só a Habitação torna-se responsável pela área, mas também os agentes sociais de participação popular”.

“ O Favela Limpa já acontece há um ano, mas estou reordenando o programa. A reestruturação que estou fazendo, estou chamando de ações pós mutirão de limpeza, constam

de: visitas ao local após trinta dias, distribuição de panfletos educativos sobre o lixo, colocação de placas para manutenção de limpeza, realização de palestras educativas sobre temas diversos, como a importância da higiene e limpeza, saúde pública, direitos da criança e do adolescente e outras, focando principalmente a relação entre as doenças e os problemas ambientais”.

Nesta perspectiva consideramos significativa as contribuições dos assistentes sociais no trabalho realizado em conjunto com outros profissionais; soma-se a isto o compromisso assumido e a disponibilidade interior que percebemos nos entrevistados para uma atuação com características interdisciplinares:

“Então eu acredito que isto é um trabalho a longo prazo, que terá que ser construído no decorrer do tempo, porque até mesmo a questão da Educação Ambiental é algo novo que está sendo iniciado. Há algum tempo atrás era difícil o envolvimento do assistente social e hoje o profissional já é solicitado para trabalhos nesta área, por isto é de fundamental importância o compromisso do trabalhador social quanto ao que espera dos usuários e como pode contribuir com aquela comunidade.”

“As idéias que temos sobre a Educação Ambiental reclamam o exercício da interdisciplinaridade, envolvendo diversos profissionais, nas diferentes áreas do saber, guiados por um objetivo comum, através das diferentes atividades, mas com abertura para aprender sempre mais com os colegas de trabalho e com os usuários”.

Estes depoimentos ilustram uma concepção de **interdisciplinaridade**, enquanto postura pessoal e profissional de abertura para um diálogo sempre ampliado com outras áreas do saber, encontrando ressonância na visão de Maria Lucia Rodrigues (1995):

“Penso a interdisciplinaridade não como método de investigação, uma técnica didática, um instrumento utilitário, um princípio de homogeneização, ou um modelo metodológico capaz de produzir idéias generalizadoras ou universalizantes. Penso-a, inicialmente, como postura profissional que permite se por a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer” (p.156).

O pensamento da autora, privilegiando a **interdisciplinaridade** enquanto postura profissional sinaliza para os aspectos éticos e do compromisso pessoal dos envolvidos para uma atitude negociada nas equipes de trabalho. Negociação no sentido da troca e revisão mútuas que devem ser estabelecidas entre percepções, reflexões e conhecimentos diferenciados por parte dos técnicos com diferentes formações.

A postura profissional relaciona-se ainda à questão de poder nas equipes de trabalho, uma vez que a atitude interdisciplinar exige segurança, auto conhecimento, competência técnica e disponibilidade para um aprendizado contínuo. As relações de poder nos espaços institucionais constituem um ponto nevrálgico para os assistentes sociais, que precisam conhecer e atuar num campo bastante amplo que é a área social, o que demanda percepção, conhecimento teórico e capacidade de intervir eficazmente.

“Transitar pelo espaço da diferença” (p.156) exige maturidade do profissional para rever seus posicionamentos, flexibilidade para avaliar e mudar a ação, desenvolvendo novas habilidades e estratégias de trabalho. Propicia amplitude na apreensão da realidade e uma vivência mais profunda do cotidiano.

O exercício da **interdisciplinaridade** supõe enfrentar obstáculos das limitações impostas pela rigidez daqueles que a ela não estão propensos. Exige, por isto, capacidade de reflexão e debate permanentes:

“... como é que dentro de uma escola, as diversas disciplinas vão trabalhar as questões de meio ambiente a partir daquela horta (Projeto Frutificar)? Muitas vezes torna-se difícil, principalmente se, por exemplo, o professor de História afirma que a Educação Ambiental pertence somente à área de Ciências, não se colocando disponível para uma interlocução de conhecimentos”.

“Percebemos cada vez mais a necessidade do intercâmbio entre as disciplinas, o que nem sempre é fácil, até porque a forma como a própria Educação é concebida, cada um cuidando do seu pedacinho”.

A definição dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação facilitou a inserção da Educação Ambiental em outros espaços de trabalho:

“(A Educação Ambiental) entrou nos parâmetros curriculares agora como tema transversal, o que abriu novas possibilidades de trabalho para nós, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Estávamos muito amarrados às definições da Secretaria da Educação, ao fato daquela Secretaria considerar se era importante ou não discutir esta modalidade de prática. Hoje, com os temas transversais, já temos demanda direta das escolas, buscando trabalhos nesta área”.

Capítulo 5:
CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões abordadas no presente estudo sobre a Educação Ambiental têm repercussões controvertidas na realidade brasileira, marcadas principalmente pelo descompasso entre a produção científica e tecnológica e as prementes necessidades de amplos segmentos populacionais, sem acesso à riqueza socialmente produzida. As ações governamentais indicam um descompasso entre o discurso politicamente correto e a escassez de investimentos públicos na área ambiental.

O país conta hoje com relevantes iniciativas de aproximadamente mil entidades organizadas atuando na defesa do meio ambiente. A ONG S.O.S. Mata Atlântica reúne cerca de 24 mil sócios, direta ou indiretamente envolvidos na preservação dos 8% restantes de área original desta mata. Outra experiência que congrega fortes investimentos no setor é a filial brasileira do Fundo Mundial para a Natureza, que recebeu para suas programações, neste ano, a quantia de sete milhões de dólares¹⁹. No entanto, ainda são intensos o desmatamento e uso predatório dos recursos florestais; a contaminação do ar e da água; a exclusão social que leva multidões a se refugiarem em becos, cortiços e favelas, locais insalubres que configuram problemas de saúde pública e de depredação ambiental.

“A grande questão ambiental brasileira está exatamente em que ainda exista uma questão ambiental no País; ou seja, que em cada ação da sociedade e dos seus governos já não esteja previsto, desde o início, que problemas com o meio ambiente poderão surgir e como eles deverão ser evitados, contornados, mitigados, resolvidos. Ao fim e ao cabo, nenhuma ação humana pode acontecer no abstrato. Acontece no concreto, na terra, na água, no ar. E aí repercute.

A partir deste raciocínio não é difícil concluir que o primeiro problema está na chamada falta de internalização da temática ambiental nas ações de governo”²⁰

Este posicionamento retrata a forma dicotomizada como ainda é tratada a questão ambiental no Brasil, desvinculada das demais políticas, seja no âmbito público ou particular.

¹⁹ artigo de Peter Milko na Revista “Horizonte Geográfico” Ano 12 N.º 63.

²⁰ artigo de Washington Novaes no jornal “O Estado de São Paulo” de 05.06.99, fls. A 14.

Desconsidera-se que cada decisão governamental ou empresarial, independentemente de sua vinculação imediata com a questão ambiental, produza um impacto no meio ambiente, o qual deve ser antecipadamente previsto.

A ausência de efetividade dos compromissos governamentais com o segmento ambiental decorre de um modelo de gestão economicista, dirigido a suprir indefinidamente as necessidades do mercado de bens de consumo. Este quadro somente poderá ser alterado com a divulgação maciça dos problemas ambientais que restringem a qualidade de vida no presente e ameaça o futuro da vida no planeta, e com a mobilização da sociedade para pressionar o governo e as empresas envolvidas.

Um avanço nesta área é a Lei Federal de n.º 9.795, de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, indicando a competência das instituições de ensino público e privado para atuação no âmbito formal. Esta Lei compreende também a dimensão não-formal, prevendo o envolvimento dos meios de comunicação de massa, das ONGs, das empresas públicas e privadas e da sociedade civil em geral como agentes de sensibilização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

A mobilização da sociedade, intervindo conscientemente nas decisões da vida social, especialmente naquelas relacionadas à promoção de patamares qualitativos de vida, poderá estar embasada nas propostas de Educação Ambiental, as quais correlacionam-se a uma mudança global das várias esferas da vida humana, a saber, dimensões política, econômica, social, cultural, educacional, entre outras.

Nesta dissertação falamos de um projeto de transformação social que busca integrar a necessidade de mudança das estruturas sócio-econômicas à própria modificação dos valores instaurados nas relações sociais que se solidificaram na sociedade capitalista. Valores de convivência solidária, respeito a todas as formas de vida, reconhecimento das potencialidades dos indivíduos, grupos e comunidades e do meio ambiente como um bem coletivo. Suscitar a reflexão sobre os valores, como base para uma nova sensibilidade às questões sociais e

ambientais, demandou problematizar a dimensão da interioridade humana, “locus” de desenvolvimento do indivíduo para suas relações consigo mesmo e com os demais sujeitos sociais. A interioridade decorre de um processo histórico-social, que perpassa individualmente o sujeito e a dinâmica dos acontecimentos sociais, nas diferentes épocas.

O estudo realizado nos permite proceder algumas considerações :

. a Educação Ambiental é concebida como um processo educativo permanente, em que técnicos e usuários trocam informações e conhecimentos, reconhecendo a incompletude do conhecimento assimilado e a necessidade de revisão da ação. Para tal buscam incorporar novos elementos, propiciados pelas experiências concretas, avaliações e troca de informações, relevando a realidade e o cotidiano das comunidades em sua diversidade cultural;

. os sujeitos desta pesquisa privilegiam o diálogo com outros profissionais, pois atuando numa nova área de saber que não “pertence” exclusivamente a alguma disciplina e pela diversidade dos programas realizados, os assistentes sociais em Educação Ambiental demonstraram a necessidade de um intercâmbio de conhecimentos com a equipe de trabalho, com os usuários e demais parceiros, sinalizando uma perspectiva interdisciplinar, principalmente como aspiração dos entrevistados. Como os programas ainda não se consolidaram enquanto práticas interdisciplinares, apesar do discurso do profissional em torno desta temática, vislumbramos um risco de simplificação do sentido desta modalidade de produção de conhecimento, atribuída apenas aos intercâmbios entre os especialistas que compõem a equipe técnica;

. os assistentes sociais investigados declararam nortear sua intervenção na perspectiva de que os programas de Educação Ambiental propiciem patamares qualitativos de vida. No entanto, observam-se duas tendências diversas: os profissionais que atuam em programas específicos de Educação Ambiental dão ênfase à divulgação de conhecimentos sobre preservação do verde e a práticas educativas que, discutindo os valores da sociedade de consumo, contribuam para uma mudança comportamental para novas relações com a natureza e com as pessoas. Os que trabalham na área de Habitação, em programas educativos de Educação Ambiental objetivam acionar o usufruto da população em serviços voltados à melhoria das condições de moradia e do meio ambiente, como o tratamento do lixo, a reciclagem, trabalhos de mutirão em limpeza, entre outros;

. profissionais e usuários, ao expressarem seu pensamento sobre a Educação Ambiental, relacionaram esta modalidade de prática educativa à emergência de novos valores como a disponibilidade para a mudança interior, a busca de auto-conhecimento, destacando o valor da solidariedade enquanto ética de convivência. O trabalho desenvolvido sinaliza para a dimensão da interioridade humana, na perspectiva de construção de uma nova mentalidade de proteção ambiental e desenvolvimento comunitário;

. a operacionalização das atividades está embasada numa pauta de intenções, demonstrando o compromisso dos assistentes sociais nas suas relações com os usuários. Contudo tal posicionamento profissional não ocasiona, por si só, avanços ao trabalho, pois carece de articulação entre os agentes envolvidos com os programas de Educação Ambiental e as instâncias decisórias em nível político;

. a efetividade do compromisso de mudanças nos planos individual e social que apareceu no discurso não pode ser avaliado plenamente nesta pesquisa, pois não tivemos a oportunidade de abordar outros grupos de usuários, considerando que não existiam outros segmentos organizados de participantes de programas de Educação Ambiental;

. os depoimentos apresentados pelo grupo consultado revelam que a intervenção profissional está dirigida, prioritariamente, para a sensibilização quanto à preservação ambiental, ou seja, limita-se à divulgação de conhecimentos sobre os recursos naturais, a saúde física e mental, ao debate sobre mudanças comportamentais no sentido preservacionista, indicando um reducionismo na própria forma de conceber a Educação Ambiental e operacionalizar suas propostas de ação. Esta tendência da prática profissional indica uma característica de exterioridade conferida ao processo educativo, no qual a provocação de uma nova consciência ecológica é delegada aos conhecimentos de meio ambiente;

. a prática profissional do assistente social nesta área contribui para novas formas de abordar o “campo social” incorporando temáticas emergentes, como a relação entre o meio urbano e a degradação ambiental. Ou seja, a interlocução com a Educação Ambiental propicia ao Serviço Social um redimensionamento dos conhecimentos sistematizados na profissão, compreendendo as relações pobreza- meio ambiente, carência-qualidade de vida. A interface Serviço Social e Educação Ambiental problematiza as mútuas implicações entre o padrão de degradação ambiental nas grandes capitais e o estilo de desenvolvimento econômico brasileiro, o

qual gerando crescente exclusão social , leva as populações pobres, com baixos padrões de vida, concentrarem-se em meios inadequados para recebê-las;

. a pesquisa evidenciou que, apesar de parte dos sujeitos investigados demonstrarem possuir uma visão de mundo que se aproxima da perspectiva hologramática, ainda não se processou a descoberta do significado dos conhecimentos ecológicos, como precursores de posturas existenciais e políticas diferenciadas e mobilizadas em função de um novo projeto civilizacional.

Conforme enuncia Morin, os estudos em torno da Ecologia permitem às Ciências Humanas estabelecerem uma auto-crítica, percebendo-se reprodutoras do paradigma dominante de “natureza disjuntiva”. Tal tendência teórica ainda não foi incorporada na atuação do assistente social, que permanece reproduzindo em sua prática profissional a dicotomia entre os aspectos políticos, sociais, afetivos e ambientais, presentes nas situações de trabalho .

As reflexões de Morin implicam uma nova compreensão da vida, alimentada por erros, correção dos percursos, desorganização, múltiplas interações, competitividade solidária e criatividade. O desocultamento destas interações que se processam na natureza e repercutem na vida social pode iluminar a busca de caminhos alternativos para a vida em sociedade. Principalmente, no enfrentamento da questão social, onde imenso contingente populacional está assolado pelo desemprego, violência e miséria progressiva, excluídos da posse e usufruto de bens e recursos materiais e sociais. Neste contexto, o autor nos convida a pensar nas “reivindicações da pessoa humana oprimida, maltratada nas suas necessidades mais profundas, mais pessoais” (1991 b). No caso brasileiro pensamos nesta pessoa exponencialmente sofrida pelo aviltamento de suas necessidades básicas, seus direitos de cidadania e seus sonhos. Utopias gestadas no humano que se renovam em processos de crescimento interior, na vivência da solidariedade e na formatação de projetos de vida coletivos.

Os assistentes sociais sabem, via de regra, reconhecer estes sonhos, precisam contudo, apreender o sentido das transformações sócio culturais na sociedade brasileira e no mundo, e para isso poderão desenvolver uma interlocução com os conhecimentos, objetivos, propostas de intervenção e estratégias de trabalho em Educação Ambiental. Este diálogo poderá sinalizar

novas temáticas, no âmbito sócio-cultural, relacionadas à construção de propostas educativas que privilegiem a atuação consciente dirigida aos direitos de cidadania, revendo os significados atribuídos às instituições e incorporando novos valores éticos para a convivência social.

Para tal intento torna-se imprescindível a articulação da categoria dos assistentes sociais com os demais profissionais, nas equipes de trabalho em Educação Ambiental, envolvendo espaços acadêmicos, instituições públicas e privadas e setores organizados da sociedade civil, que devem articular o gerenciamento das demandas imediatas com patamares decisórios das políticas sócio-ambientais.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, S. C. G. - As Contribuições do Serviço Social ao Trabalho das Equipes Interdisciplinares de Saúde Mental. São Paulo, 1996, 234 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ANTUNES, R. - Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.
- BAPTISTA, M. V. - A Produção do Conhecimento Social Contemporâneo e a sua Ênfase no Serviço Social. Cadernos ABESS n.º 05, São Paulo: Cortez, 1992.
- BASARAB, N. - O Manifesto da Transdisciplinaridade. Tradução Lucia Pereira de Souza. São Paulo: Triom, 1999.
- BIANCO, P. P. M. - Para Enfrentar o Desemprego. São Paulo em Perspectiva. Vol. 09, n.º 04. São Paulo: Fundação SEADE, out. e dez/1995.
- BONDER, C. - Eco Trabalho Social: do bem estar à qualidade de vida. Rio Grande do Sul: Editora Ortiz, 1996.
- CAMPOS, E. B.; MACIEL, C. A. B. - Conselhos Paritários: o enigma da participação e da construção democrática. Revista Serviço Social e Sociedade. n.º 55. São Paulo: Cortez, nov/1997.
- CAPRA, F. - O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.
- _____ - Ecologia Profunda. Um Novo Renascimento. Revista Thot, n.º 57. São Paulo: Associação Palas Athena, 1993.
- CARVALHO, E. de A. (org.) - Ética, Solidariedade e Complexidade. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- CARVALHO, I. C. de M. - Em Direção ao Mundo da Vida: Interdisciplinaridade e Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 1998.
- CASTRO, G. de (org.) - Ensaios de Complexidade. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.
- CAVALCANTI, C. (org.) - Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1997.
- CHESNAIS, F. - A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã Editora, 1996.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. - Nosso Futuro Comum. 2.^a Edição, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COPOBIANCO, J. P. - O Que Podemos Esperar da Rio-92? São Paulo em Perspectiva. Vol. 06, n.º 01 e 02. São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

- DAMINELLI, M. - Qualidade de Vida e Meio Ambiente. In: Ecologia – A Qualidade de Vida. São Paulo: SESC, 1996, p. 97-110.
- DEMO, P. - Educação e Qualidade. São Paulo: Papirus, 1994.
- DI BIASE, F. - O Homem Holístico: a Unidade Mente-Natureza. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- ESPING-ANDERSEN, G. - O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. Revista Lua Nova n.º 35, São Paulo: 1995, CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea).
- FALEIROS, V. de P. - Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997.
- FRANCO, M. L. P. B. - Ensino Médio: desafios e reflexões. São Paulo: Papirus, 1994.
- FREIRE, P. - Pedagogia do Oprimido. 17.ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, L. S. - O Serviço Social e a Questão Ecológica: Uma articulação a ser construída. São Paulo, 1997, 157 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós Graduados de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica.
- GONÇALVES, C. W. P. - Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente. 5.ª Edição. São Paulo: Contexto, 1996.
- GONÇALVES, H. et al. - Algumas Notas em torno de Reflexões sobre Desenvolvimento de Comunidade. Revista Serviço Social e Sociedade n.º 06. São Paulo: Cortez, set/1991.
- GUATTARI, F. - As Três Ecologias. 6ª Edição. São Paulo: Papirus, 1997.
- GUIDDENS, A. - As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- HARVEY, D. - A Condição Pós-Moderna. Lisboa: Gradiva, 1989.
- HELLER, A. - O Quotidiano e a História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- _____ - Para Mudar a Vida. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. - Técnicas de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1986.
- LEIS, H. R. - Ambientalismo: um Projeto Realista Utópico para a Política Mundial. In: Meio Ambiente e Cidadania: Desafio para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1995, p. 15-43.
- LEONARDI, M. L. A. - A Educação Ambiental como um dos Instrumentos da Superação da Insustentabilidade da Sociedade Atual. In: CAVALCANTI, C. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1997, p. 391-407.
- LEVY, T.; POMBO, O.; GUIMARÃES, H. M. - A Interdisciplinaridade Reflexão e Experiência. Lisboa: Texto Editora, 1994.

- LUDKE, M. e ANDRÉ M. E. D. A. - Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1986.
- MEZAN, R. - Subjetividades Contemporâneas? Subjetividades Contemporâneas. Conferências e Jornada Interna. Ano 01. N.º 01. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 1997.
- MORIN, E. - Introdução ao Pensamento Complexo. Revista Aprendizagem/Desenvolvimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1991 a.
- _____ - La Pensée Écologisée. In: Pour un renouveau de la culture populaire. La complexité, l'humain et ses environnements. Ministère de la Jeunesse et des Sports. Institut National de la Jeunesse et de l'Éducation Populaire. Groupe de réflexion inter et trans-disciplinaire du groupe science-culture. França: Marly-Le-Roi, 1991 b.
- _____ - Sociologie. 2.ª Edição. Paris: Fayard, 1994.
- _____ - Complexidade e Ética da Solidariedade. In: CASTRO, G. et al (org.). Ensaio de Complexidade. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997, p. 15-24.
- REIGOTA, M. - O que é Educação Ambiental. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- _____ - Meio Ambiente e Representação Social. Coleção Questões de Nossa Época. n.º 41, 2.ª Edição. São Paulo: Cortez, 1997.
- REIS S. ; NEESER N. - Uma Visão Holística do Direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.
- RODRIGUES, M. L.; MARTINELLI, M. L.; MUCHAIL, S. T. (orgs.). O Uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber. São Paulo: Cortez, 1995.
- RODRIGUES, M. L. - Prática Profissional: Reiventando o Espaço da Microatuação. Serviço Social e Realidade, n.º 01. Franca: UNESP - Universidade Estadual Paulista, 1997/1998.
- SÁ, J. L. M. de (org.) - Serviço Social e Interdisciplinaridade. 2.ª Edição. São Paulo: Cortez, 1995.
- SALUM, C. A. L. - Como Viver no Planeta Azul. In: Ecologia - A Qualidade de Vida. São Paulo: SESC, 1996, p.18-28.
- SANDER, B. - Consenso e Conflito. Perspectivas Analíticas na Pedagogia e na Administração Pública. São Paulo: Pioneira, 1984.
- SANTOS, B. de S. - Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade. 2.ª Edição. São Paulo: Cortez, 1996.
- SILVA, I. M. F. da - Os Conselhos de Saúde no Contexto da Transição Democrática: um estudo de caso. Serviço Social e Sociedade, n.º 55. São Paulo: Cortez, nov/1997.

- SORRENTINO, M. - Vinte Anos de Tbilisi, Cinco da Rio/92. A Educação Ambiental no Brasil. Revista Debates Sócio Ambientais. Ano II, n.º 07. São Paulo: Cedec (Centro de Estudos Cultura Contemporânea), 1997.
- SPOSATI, A. (coord.) - Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. São Paulo: Educ, 1996.
- _____ - Mínimos Sociais e Seguridade Social: Uma Revolução da Consciência da Cidadania. Serviço Social e Sociedade, n.º 55. São Paulo: Cortez, nov/1997.
- TOURAINÉ, A. - Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TRINDADE, S. C. - Agenda 21: Estratégia de Desenvolvimento Sustentável Apoiada em Processos de Decisão Participativa. In: CAVALCANTI, C. - Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1997, p.260-270.
- UNGER, N. M. - O Encantamento do Humano. Ecologia e Espiritualidade. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- VALLE, C. E. do - Qualidade Ambiental: O desafio de ser competente protegendo o meio ambiente. São Paulo: Pioneira, 1995.
- WEID, N. F. V. - Educação ambiental: Um novo referencial? Revista Viva. Ano 1, n.º 1. Rio de Janeiro: Projeto Roda Viva, nov/1993.
- BOLETINS, CADERNOS E REVISTAS:
- Boletim Lupa 21, n.º 02. Rio de Janeiro: Projeto Roda Viva, dez/1996
- Revista Debates Sócio Ambientais. Ano II, n.º 06 e 07. São Paulo: Cedec (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), 1997.
- Revista Viva. Pela Cidadania da Criança. Ano 04, n.º 02. Rio de Janeiro: Projeto Roda Viva, 1997.